



TRIBUNAL PLENO – SESSÃO DE 06/12/2023 – ITEM 33

**TC-010510.989.23-9 (ref. TC-007190.989.20-2)**

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Cerquilha.

**Assunto:** Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Cerquilha, relativas ao exercício de 2021.

**Responsável(is):** Aldomir José Sanson e José Roberto Pilon.

**Em Julgamento:** Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio favorável, com recomendações, à aprovação das contas, prolatado pela E. Segunda Câmara e publicado no DOE-TCESP de 27-04-23.

**Advogado(s):** Anderson Aparecido Rodrigues (OAB/SP nº 271.104).

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Neubern Demarchi Costa.

**Fiscalização atual:** UR-9.

**EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. PARECER FAVORÁVEL. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. CONHECIMENTO. REMUNERAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. DESCONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME NÃO PROVIDO.**

## RELATÓRIO

Em Sessão de 04 de abril de 2023, a Colenda Segunda Câmara emitiu Parecer Favorável à aprovação das Contas da **Prefeitura Municipal de Cerquilha** relativas ao **Exercício de 2021**; entretanto, foi determinada a expedição de ofícios à Câmara Municipal e ao D. Ministério Público Estadual, para ciência e adoção de providências cabíveis quanto aos apontamentos relativos ao pagamento a maior aos Secretários Municipais e ao Assessor Jurídico, nos termos consignados na Resolução nº 08/2020, SEI nº 11209/2020-5 deste E. Tribunal.

Buscando a reforma do Parecer, foi interposto Recurso Ordinário pela Prefeitura Municipal de Cerquilha.

Em suas razões, a Recorrente defendeu que os subsídios do Secretários Municipais e assemelhados foram pagos na forma da legislação municipal, vigente desde o Exercício de 2004, não havendo quaisquer apontamentos sob a matéria nas Prestações de Contas Anuais da Prefeitura até



então (2021), demonstrando a boa-fé dos Administradores que exercem ou exerceram seus mandatos.

Sustentou que os valores recebidos pelos servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários e assemelhados tem natureza alimentar, que foram tributados e pagos na forma de justa contraprestação pelos serviços prestados, não havendo que se falar em má-fé como teria se manifestado o D. MPC, porque não possuem ingerência sobre a forma do cálculo instituído pela legislação municipal regedora da matéria.

Destacou que este E. Tribunal, ao analisar as Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Colômbia (TC-10666.989.20), que tratou de caso análogo, entendeu que os valores recebidos pelos servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários atenderam ao Princípio da Boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como não aplicando qualquer sanção aos envolvidos.

Informou, ainda, que o atual Prefeito, ao tomar conhecimento do apontamento realizado pela Fiscalização, determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em lei, de modo a aguardar o deslinde favorável do presente recurso.

Requeru, ao final, que seja dado provimento recurso interposto, “julgando legais os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários e assemelhados, em respeito ao princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos” (sic).

O D. MPC ponderou que o Recurso Ordinário pode ser recebido como Pedido de Reexame, em razão do Princípios da Fungibilidade, bem como que poderia ser conhecido por haver interesse recursal em razão da existência de recomendações e determinação de expedição de ofício à Câmara Municipal de Cerquilho e ao D. Ministério Público Estadual com cópias dos autos, para ciência e eventuais providências cabíveis em relação aos apontamentos



constantes do item B.1.1.1. “Subsídios dos Agentes Políticos”, do Relatório de Fiscalização.

Quanto ao mérito, entendeu que não há como acolher as pretensões de modificação do Parecer guerreado, devendo ser mantido na sua integralidade por seus próprios fundamentos.

É o relatório.

ATT



## VOTO PRELIMINAR

O Parecer Favorável foi publicado no Diário Oficial Eletrônico em 27/04/2023 e o presente Recurso Ordinário foi interposto na data de 11/05/2023.

Conforme bem destacado pelo D. MPC, o Recurso pode ser recebido como Pedido de Reexame, porquanto foi respeitado o prazo do artigo 71 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e há legitimidade do Interessado.

Quanto ao interesse recursal diante de Parecer Favorável, relembro recente julgado deste E. Plenário que conheceu de Pedido de Reexame em caso análogo, ao reconhecer que a ausência de prejuízo à pessoa do recorrente não afasta seu interesse recursal, uma vez que foi determinado a expedição de ofício à Câmara Municipal para possível ressarcimento de valores impugnados referente a atos praticados durante sua gestão<sup>1</sup>.

Nestes termos, recebo o Recurso Ordinário como Pedido de Reexame e **dele conheço**.

<sup>1</sup> TC-6411.989.23-9 – Relator Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman – Tribunal Pleno – Sessão de 22/11/2023.  
**EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. CONHECIMENTO. PAGAMENTOS A MAIOR AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. VERBAS DO CARGO EFETIVO DE ORIGEM PAGAS SEM OPÇÃO PELOS VENCIMENTOS DO MENCIONADO CARGO. NÃO PROVIMENTO.**



## VOTO DE MÉRITO

Quanto ao mérito, tenho que as razões de recurso não foram hábeis para alterar a situação processual.

As Contas Anuais relativas ao Exercício de 2021 receberam Parecer Favorável por esta E. Corte, contudo sendo determinada a expedição de ofícios à Câmara Municipal de Cerquilha e ao D. Ministério Público Estadual, para ciência e adoção de providências cabíveis quanto aos apontamentos relativos ao pagamento a maior aos Secretários Municipais e ao Assessor Jurídico, nos termos consignados na Resolução nº 08/2020, SEI nº 11209/2020-5 deste E. Tribunal.

A Fiscalização apurou que os servidores municipais ocupantes de cargos de Secretário Municipal e de Assessor Jurídico (equiparado a Secretário) receberam os subsídios de seus cargos políticos com a incidência de quinquênios, sextas partes, abonos e adicionais relativos aos cargos efetivos de que são originários, sendo que tal prática afrontou o dispositivo contido no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal, que dispõe que os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídios fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

A Prefeitura Municipal de Cerquilha defende que as remunerações impugnadas se fundamentaram na Lei Municipal nº 3.369/2020, que assim definiu:

Art. 3º - Os subsídios fixados nos arts. 1º e 2º serão pagos em parcela única até o dia 30 de cada mês, ficando vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º A vedação de acréscimo contida no caput deste artigo não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais quando o Secretário for ocupante de cargo efetivo no Município.

§ 2º A hipótese de acréscimo prevista no parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular da Secretaria.



Conforme se verifica na legislação acima, os servidores nomeados como Secretários Municipais e assemelhados receberam tanto o subsídio do cargo político como as vantagens pessoais relativas aos cargos efetivos que ocupam, infringindo diretamente o artigo 39, § 4º, da CF.

Ainda sobre a indigitada norma, entendo corretas as ponderações feitas pelo D. MPC no sentido de que: “caberia à legislação local garantir a possibilidade de que eventuais servidores públicos nomeados Secretários pudessem optar por sua remuneração de origem ou pela remuneração por subsídio; o que não se admite, entretanto, é a “mescla” dos dois sistemas remuneratórios, como ocorrido no caso dos autos”.

Diante do exposto e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômico-Financeira) e do D. MPC, **Voto no sentido do NÃO PROVIMENTO do Pedido de Reexame protocolado em face da apreciação das Contas da Prefeitura Municipal de Cerquilha relativas ao Exercício de 2021, mantendo-se o Parecer Favorável em todos os seus termos.**

**RENATO MARTINS COSTA**  
Conselheiro